



UMA JUSTIÇA MAIS ÁGIL. UM CEARÁ MAIS PACÍFICO.

Ata da I Reunião de Trabalho do Comitê Tempo de Justiça 2024

ATA CTJ N°	01/2024
Título	Reunião do Comitê do Tempo de Justiça
Local	Sala 2 da SECAP
Data	25/01/24
Horário	10:00 às 13:00

Participantes:



UMA JUSTIÇA MAIS ÁGIL. UM CEARÁ MAIS PACÍFICO.

Encaminhamentos:

Reunião iniciada às 10h, com a presença dos representantes do comitê, e dos convidados acima listados.

Iniciados os trabalhos, a Desembargadora Ângela Teresa Gondim Carneiro Chaves saudou e agradeceu a presença de todos. Em seguida, ressaltou a importância da colaboração de todos os parceiros para o bom desempenho do Programa, haja vista a necessidade de acompanhamento diuturno dos prazos processuais.

Logo após, entregou as listas de processos albergados pelo programa, divididas por unidade judiciária, destacando que ainda é necessária a emissão das referidas listas, uma vez que o painel não está acompanhando simultaneamente as atualizações.

Ato contínuo, Gustavo informou da necessidade de ajustes nos fluxos dentro do painel. Afirmou que está em contato com os diretores das Varas do Júri para alinhar as melhorias necessárias do painel. Salientou que o painel de controle processual dos processos albergados pelo Tempo de Justiça, foi construído em 2017 e até a presente data, está sendo usado sem ter uma atualização de versão. Asseverou que o painel apenas monitora os marcos de início e término de cada fase processual. Ele não exibe os eventos que existem dentro de cada fase, especificamente. Ato seguido, Gustavo averberou que **é necessário incluir o ambiente de inquéritos dentro do painel apresentado pelo programa**, pois é um ambiente não existente anteriormente. Trouxe à baila a necessidade de aprimoramento no fluxo do painel e, por conseguinte, a revisão de todos os eventos albergados por este. Mencionou uma sugestão dos diretores de secretaria das Varas do Júri de alguns controles dentro do painel, como por exemplo, na fase recurso, incluir o juízo de retratação. Para melhor explicar a todos, fez a apresentação dos marcos aos presentes e informou a todos de uma reunião que se realizará na terça-feira próxima com os diretores de secretaria, na qual tratar-se-á acerca de um fluxo novo com os ajustes necessários. As sugestões apresentadas serão trazidas para o comitê a fim de que sejam avaliadas por todos.

Nesta oportunidade, a Desembargadora Ângela e a Dra. Jacinta questionaram a utilidade do monitoramento dessa fase, uma vez que seria muita minúcia, mas pouca utilidade para o fim a que se destina o Programa Tempo de Justiça.

Empós, Gustavo afirmou que depois de feito o levantamento das sugestões dos diretores e aprovadas pelo comitê, é necessário o envio dessas sugestões, com os respectivos fluxos, para a Vice-Governadoria, a fim de que essa possa implementá-las, uma vez que a gestão dos painéis e respectivo aprimoramento icumbe à Vice-



UMA JUSTIÇA MAIS ÁGIL. UM CEARÁ MAIS PACÍFICO.

Governadoria.

Nesse momento, a Desembargadora Ângela informou que Gustavo irá se reunir com a equipe de TI da Vice-Governadoria e fará as sugestões de desenho do fluxo.

Posteriormente, a Desembargadora Ângela questionou Karlos Raphael, no sentido de indagar sobre alguns processos, de forma pontual, indicando, inclusive, o número do processo, com o escopo de demonstrar que o painel estaria desatualizado.

Karlos Raphael informou que o painel novo está sendo desenvolvido e o carregamento dos dados é feito diariamente, mas ainda há inconsistências que estão sendo tratadas e, em breve apresentará as melhorias. Destacou que o novo painel terá uma aba própria para o Tempo de Justiça Mulher.

Em seguida, foram exibidos os painéis dos resultados do ano 2023, mês a mês.

Empós, a Desembargadora Ângela salientou que em uma reunião interna, destacou preocupação com o desempenho no ano anterior/2023, em relação aos feminicídios, pois há a intenção da Vice-Governadoria em dar ênfase na celeridade da prestação do sistema de justiça à referidos processos.

Logo em seguida, a Dra. Marcia pontuou que, embora o nosso desempenho em relação aos feminicídios não tenha atendido às nossas expectativas, no cenário nacional, o percentual de resolutividade alcançado ainda é bom.

Ato contínuo, a Desembargadora Ângela informou que irá se reunir com os diretores de secretaria das unidades do Juri, para verificar processo a processo, com base nas listas extraídas manualmente, por unidade judiciária, e separar aqueles que ainda têm chance de serem finalizados, dentro do prazo estabelecido pelo Tempo de Justiça. Tal reunião se faz necessária para que os diretores de secretaria tenham consciência da necessidade permanente de acompanhamento dos prazos processuais dos processos efetivamente monitorados, sem descuidar daqueles que já tramitam na unidade judiciária há bastante tempo.

Dando continuidade, a Dra. Márcia apontou que precisa ser feito um levantamento da quantidade de inquéritos policiais que, mesmo com autoria apontada, estão demorando para serem remetidos ao judiciário.

Ato seguido, a Desembargadora Ângela questionou ao Ivo o momento em que o inquérito policial, com autoria esclarecida passa a ser monitorado no Programa Tempo



UMA JUSTIÇA MAIS ÁGIL. UM CEARÁ MAIS PACÍFICO.

de Justiça. Ivo informou que esse momento acontece quando o delegado envia o inquérito policial com autoria esclarecida.

Seguidamente, a Desembargadora Ângela pontuou acerca da necessidade da equipe destacada pela Vice-governadoria, no caso, Ivo, Karla, Aline e Jordana analisarem os relatórios, comparecerem nas secretarias das Varas do Júri informando o que é necessário ser feito prioritariamente em cada processo, a fim de que o painel possa refletir a realidade dos dados processuais.

Posteriormente, a Dra. Jacinta rememorou que no início do Programa Tempo de Justiça, em cada reunião, era analisada a lista de atrasos pontuais de cada instituição parceira deste programa, com o intuito de que os representantes com assento no comitê, pudessem agilizar, junto as suas instituições, o andamento com exatidão de cada processo, com o objetivo de alcançar o melhor índice possível dentro do Programa Tempo de Justiça.

Nesse momento, A Desembargadora Ângela pediu à Michele, da Vice-Governadoria, que se mobilizasse no sentido de formar uma equipe que pudesse otimizar o acompanhamento do programa, tanto no desenvolvimento do painel, para poder exibir dados atualizados, quanto na equipe de interpretação dos dados e atuação junto as unidades envolvidas.

Em seguida, Desembargadora Ângela informou está para ser publicada uma portaria prorrogando a nomeação de um terceiro juiz para auxiliar cada Vara do Júri.

Na mesma senda, Dra Marcia informou que a PGJ enviou projeto para a Assembleia no sentido de criar mais um cargo fixo de promotor para cada Vara do Júri.

De imediato, o Dr. Leandro informou a todos os presentes que a DPG está formatando um projeto para poder criar vagas de reforço para atuar nas realizações de audiências e sessões das Varas do Júri.

Seguidamente, a Dra. Jacinta indagou ao Ivo e a equipe de informática se os processos suspensos, no art. 366 do CPP, continuam constando como processos ativos dentro do monitoramento pelo programa Tempo de Justiça. Tal indagação deveu-se ao fato de que se os referidos processos continuarem constando dentre os ativos, tal atitude impactará negativamente nos resultados auferidos pelo programa.

Neste azo, a Dra. Marcia rememorou que já tinha sido deliberado dentro do comitê que os processos suspensos pelo art. 366 do CPP deveriam sair do monitoramento,



UMA JUSTIÇA MAIS ÁGIL. UM CEARÁ MAIS PACÍFICO.

no entanto, não se sabia se essa deliberação tenha ocorrido efetivamente.

Dando continuidade, Gustavo pontuou que, no fluxo, em cada fase, há um marcador para tirar o processo do monitoramento do programa Tempo de Justiça, basta que seja dado o comando, pois o painel Tempo de Justiça não copia eventos, e sim obedece comandos.

Na mesma senda, por acuidade, Israel pontuou que é necessário ter cautela ao emitir o comando de suspensão nos processos em que há multiplicidade de réus e o processo está **suspenso apenas em relação a um ou alguns** e continua para os demais.

Empós, Gustavo informou que irá verificar com Karlos Rafael se o sistema consegue ler o evento de suspensão do processo por réu.

E ainda, Gustavo questionou sobre o portal de acesso ao público com relação ao Programa Tempo de Justiça.

Em resposta, Karlos Raphael declarou perante todos que ainda irá ser decidido o que será exibido no referido portal.

Por fim, a Desembargadora Ângela Teresa Gondim Carneiro Chaves reforçou que as reuniões serão realizadas na última quinta-feira de cada mês, às 10h, no Fórum Clóvis Beviláqua. Agradeceu a presença e empenho de todos, destacou a importância do programa e a necessidade de que evoluíssemos nas nossas reuniões, no sentido de detectar, pontualmente, atos necessários a melhorar o desempenho de cada unidade judiciária do Júri, inclusive, elencando as atividades a serem desenvolvidas por cada instituição participante, a fim de que todos possam diligenciar para que seja efetivamente alcançada a meta que nos propusemos.

COMPROMISSOS:

#	Compromisso	Responsável
01	Reunião dia 31/01 15h, para melhorar as tabelas/planilhas	Ivo, Carla, Aline e Jordana
02	Apresentar nova tabela com corte de julho de 2023 para frente e destacar os feminicídios de 2023	Ivo, Carla, Aline e Jordana
03	Comparar os dados do painel com a tabela entre Ivo e Karla e Aline para apresentar na reunião do dia 31/01.	Ivo, Carla, Aline e Jordana
04	Carla já deve levar a pauta de audiência dos próximos 60 dias e de Juri das Varas.	Carla
05	Reunião dia 02/02, sexta, com as diretoras das varas do juri.	Desa. Ângela, grupo e varas do júri.

Em ato contínuo, não existindo outras manifestações, a reunião foi encerrada às 12h30min, pela Desembargadora Ângela, sendo agendada a próxima reunião para o dia **29 de fevereiro de 2024, quinta-feira, as 10h00min, no Fórum Clóvis Beviláqua.**

Lavrada a presente ata, foi a mesma enviada para o e-mail dos participantes e demais integrantes do comitê para conhecimento.